

**FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
ESTRATÉGIA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO**

**FORMACIÓN CONTINUA DEL MAESTRO EN LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA  
INFANCIA: ESTRATEGIA DE DESARROLLO DE POLÍTICAS**

**CONTINUING TEACHER TRAINING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION:  
DEVELOPMENT POLICY STRATEGY**

Eloiza Elena da Silva MARTINUCCI<sup>1</sup>  
Marta CHAVES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, divulgamos experiências exitosas de Formação Contínua de Professores na Educação Infantil, realizadas em municípios do Estado do Paraná entre 2002 a 2019, evidenciando as contribuições da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (1896-1934) e colaboradores, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, como referencial teórico-metodológico capaz de nortear estudos e reflexões acerca do conteúdo. Ações intencionais e práticas sistematizadas com temas da Literatura Infantil e da Arte, configuram-se estratégias para o aprimoramento contínuo de docentes e crianças, respondendo, assim, aos desafios da Educação Infantil atual visando o desenvolvimento integral de alunos, com uma Educação Infantil de excelência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação contínua. Educação infantil. Intervenções educativas. Teoria histórico-cultural.

**RESUMEN:** En este artículo, difundimos experiencias exitosas de Formación Docente Continua en Educación Infantil, realizadas en municipios del Estado de Paraná entre 2002 y 2019, evidenciando los aportes de la Teoría Histórico-Cultural de Vigotski (1896-1934) y colaboradores, basada en el Materialismo Histórico-Dialéctico, como marco teórico-metodológico capaz de orientar estudios y reflexiones sobre contenidos. Acciones intencionales y prácticas sistematizadas con temáticas de Literatura Infantil y Arte, se configuran estrategias para la mejora continua de docentes y niños, respondiendo así a los retos de la Educación Infantil actual orientada al desarrollo integral de los estudiantes, con una Educación Primaria de La Primera Infancia.

**PALABRAS CLAVE:** Formación continua. Educación infantil. Intervenciones educativas. Teoría histórico-cultural.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Docente. Grupo/CNPQ: Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII). Doutorado em Educação (UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3914-0230>. E-mail: [eesmartinucci@uem.br](mailto:eesmartinucci@uem.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Professora associada do Departamento de Teoria e Prática da Educação. Líder Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII). Pós-Doutorado junto ao Departamento de Psicologia da Educação (UNESP/FCLAr). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8089-1450>. E-mail: [mchaves@uem.br](mailto:mchaves@uem.br)

**ABSTRACT:** *In this article, we divulge successful experiences of Continuing Education of Teachers in Early Childhood Education, carried out in municipalities of the State of Paraná between 2002 and 2019, highlighting the contributions of the Cultural-Historical Theory of Vigotski (1896-1934) and collaborators, based on the Historical-Dialectical Materialism, as a theoretical-methodological reference able to guide studies and reflections about the content. Intentional actions and systematized practices with themes of Children's Literature and Art are strategies for the continuous improvement of teachers and children, thus responding to the challenges of the current Early Childhood Education aiming at the integral development of students, with an Early Childhood Education of excellence.*

**KEYWORDS:** *Continuing education. Early childhood education. Educational interventions. Cultural-historical theory.*

## Introdução

No romance “O Leopardo”, o escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957) nos remete como a contextualização histórica afeta a legislação e a Formação de Professores no Brasil ao afirmar que: “Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude” (LAMPEDUSA, 2017, p. 26), contribuindo para refletirmos e compreendermos a especificidade da Formação Contínua em Educação Infantil.

Consideramos que, nas últimas décadas, houve avanço significativo na condição de Educação em nosso país, sobretudo quando ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996). Entretanto, diante do histórico brasileiro, em se tratando de políticas públicas e educacionais, a possibilidade de avanço limitou-se ao seu anúncio; as ações governamentais posteriores, predominantemente, contribuíram para que tudo se mantivesse como está.

Na mesma lógica descrita por Tomasi di Lampedusa (2017), podemos considerar que houve mudanças, sim, mas não suficientes para um significativo desenvolvimento da Educação nacional. No que se refere à Educação Infantil, não houve o reconhecimento de sua importância, seja na Formação dos Professores, seja na valorização como categoria profissional, seja em seu desenvolvimento contínuo em serviço. E essa parece ser a marca da Educação brasileira, guardados os avanços, em regra.

Após a atual Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), a ordenação política, a legislação educacional brasileira, bem como as políticas públicas e os programas de Formação de Professores, foram elaborados conforme as orientações dos Organismos Internacionais, por meio dos acordos assinados pelo Brasil. Assim, os pressupostos e as ações que orientam o planejamento e a implementação de políticas de

Formação de Professores no país têm sido marcados por determinações de organismos como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial (BM), e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na definição das políticas educacionais destinadas a países periféricos.

Desse modo, as aparentes mudanças serviram para a continuidade de políticas que insistem em ser de governo, quando deveriam ser de Estado, resultando na secundarização histórica da Formação de Professores, assim como da Formação Contínua, que poderia contribuir para o desenvolvimento educacional, mas ainda não é prioridade, não obstante a elaboração e aprovação de planos de Educação. Diferentemente do Plano Decenal de Educação (PDE/1993), que se limitava ao Ensino Fundamental e à Alfabetização, o Plano Nacional de Educação (PNE/2001) — Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001) — abrange a Educação brasileira nos diferentes níveis e modalidades.

Em relação aos profissionais do magistério, o PNE/2001 apresentava um diagnóstico da profissão e estabelecia diretrizes, de acordo com um conjunto de objetivos e metas a serem alcançados. As ações faziam parte de um conjunto de políticas educacionais, junto à União, aos Estados e municípios. No total, 28 metas e objetivos foram apresentados com o intuito de melhorar os índices e impactar a formação e a valorização dos professores.

Se observarmos e analisarmos o PNE/2001 e seus resultados, no que se refere à Formação Contínua de Professores, percebemos que as decisões e ações não se efetivaram com êxito, sendo insuficientes para impactar positivamente a Educação nacional, seguindo, assim, uma tendência histórica em nosso país. Apesar dos debates bastante democráticos e das pesquisas, por mais validade que tenham, há, ainda, a necessidade de que a legislação, os planos e os programas sejam fortalecidos por uma política de Estado.

Nesse cenário de desafios e possibilidades, indaga-se: pode a Formação Contínua de Professores, especialmente a Formação Contínua em Educação Infantil, significar desenvolvimento, tanto para professores quanto para crianças?

Acreditamos que sim. Defendemos que, na atualidade, os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural de Lev Semionovich Vigotski (1896-1934) e colaboradores podem subsidiar um processo de formação continuada que resulte em aperfeiçoamento profissional docente e desenvolvimento de habilidades intelectuais de crianças pequenas. De acordo com Vigotski (1993, 2009, 2010), nas interações sociais, desde os primeiros dias de vida, a criança começa a aprender e, com a ajuda dos adultos (mediação) mais desenvolvidos, gradativamente, vai desenvolvendo suas funções psíquicas superiores, à medida que se apropria dos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade.

Nesse sentido, experiências cotidianas, produtivas e exitosas de Formação Contínua de Professores de Educação Infantil devem ter como suporte as proposições dessa teoria, que permite compreender o desenvolvimento humano em toda sua complexidade e, assim, possibilita ao professor escolher conteúdos e temas significativos, que despertem a curiosidade e o interesse da criança, visando realizar intervenções no processo de ensino-aprendizagem, bem como organizar uma prática cotidiana educativa coerente com os objetivos propostos, ou seja, potencializar o desenvolvimento integral do educando (CHAVES; FAUSTINO, 2007; CHAVES; TEIXEIRA; FAUSTINO, 2008; CHAVES; LIMA; FERRAREZE, 2012; DUARTE, 2008; LIBÂNEO, 2004; MORAES, 2001; MOURA, 2018).

Neste trabalho, divulgamos experiências exitosas, elaboradas por meio de conteúdos e temas de Literatura Infantil e Arte, ancoradas na Teoria Histórico-Cultural e realizadas em municípios do estado do Paraná (PR), no período de 2002 a 2019, que podem ser consideradas como uma estratégia de intervenções educativas eficazes para o desenvolvimento de professores e alunos da Educação Infantil. Essas práticas de Formação Contínua de Professores foram idealizadas e coordenadas pela pesquisadora Profa. Dra. Marta Chaves e pelo Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil (GEEI), do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em parceria com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios, as equipes pedagógicas e as professoras das Instituições de Educação Infantil das cidades participantes dos cursos, conforme veremos a seguir.

O estudo se constitui em uma pesquisa de caráter bibliográfico, investigando as produções afetas aos temas a Literatura Infantil e a Arte, evidenciando as contribuições da Teoria Histórico-Cultural como referencial teórico-metodológico capaz de nortear estudos e reflexões sobre o desenvolvimento integral de crianças e o aprimoramento pessoal e profissional docente, no âmbito da Formação Contínua de Professores na Educação Infantil.

As experiências relatadas se inserem em um conjunto de atividades idealizadas e desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil (GEEI) da Universidade Estadual de Maringá, que realiza atividades de estudos e composição de recursos didáticos, assim como efetivação de trabalhos de capacitação profissional e pessoal de professores, ancorados na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, desde o ano de 2002, em diversas escolas de Educação Infantil, situadas nos municípios do Estado do Paraná (PR), que compõe o capítulo cinco da tese de doutorado “Formação contínua de professores na educação infantil: estratégia de desenvolvimento para professores e crianças”, defendida por

Eloiza Elena da Silva Martinucci, em 2020, na Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Dra. Marta Chaves.

### **A formação contínua: Desafios e possibilidades na educação contemporânea**

Iniciamos reconhecendo que as definições, os conceitos e as políticas de Formação de Professores estão relacionados diretamente à importância atribuída à Educação em dado país. A lógica capitalista de organização do trabalho é fator relevante nos encaminhamentos do fenômeno educacional. Se a instituição escolar tem, ideologicamente, a função de contribuir para a manutenção da sociedade da forma como está organizada, a lógica do ensino e a atuação profissional será legitimar o ensino para a subserviência.

Resistindo a esse tipo de ensino, atividades de estudos e composição de recursos didáticos, assim como efetivação de trabalhos de capacitação profissional e pessoal de professores, ancorados na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, vêm sendo realizadas, desde o ano de 2002, em diversas escolas de Educação Infantil, situadas nos municípios do Estado do Paraná (PR), dos quais, entre outros<sup>3</sup>, destacamos os que seguem.

No município de Presidente Castelo Branco (PR), a formação com o tema “Professores Repensando a Prática: propostas, objetivos e conquistas coletivas” foi desenvolvida no período de 2004 a 2006, com a participação de 17 educadoras de dois Centros de Educação Infantil (1 a 6 anos) e 21 professoras de duas escolas do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), de ministrantes de diferentes instituições de ensino superior e de diversas áreas do conhecimento, assim como do Grupo de Estudos em Educação Infantil da UEM e da Secretaria Municipal de Educação. Um dos temas abordados foi Literatura Infantil. Em 2006, as professoras da 4ª série do Ensino Fundamental, juntamente à equipe pedagógica, tiveram uma experiência de formação integrada com educadores da Escola Municipal Cecília Meireles, da cidade de Indianópolis (PR), oportunidade em que foi abordada a temática indígena (CHAVES; TEIXEIRA; FAUSTINO, 2008).

Todo o processo, organizado e sistematizado de forma dialogada, possibilitou chegar a resultados coerentes com o uso da Teoria de Vigotski. Nos encontros, observou-se o interesse

<sup>3</sup> Santo Inácio, região norte central, 4.956 habitantes, com a formação denominada: “Teoria Histórico-Cultural: contribuições à formação pedagógica e às práticas Educativas”, realizada em 2010. Borrazópolis, região norte central, com 9.453 habitantes, capacitação denominada “Êxitos possíveis para Educação na Atualidade: contribuições das elaborações clássicas e contemporâneas da Teoria Histórico-Cultural”, realizada em 2014; Boa Esperança do Iguaçu, região sudoeste, formação intitulada “Teoria Histórico-Cultural e Organização do Ensino: contribuições para aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil”, realizada em 2014; Céu Azul, região oeste, com 11.649 habitantes, formação nominada “Estudos e Proposições para a Educação Humanizadora: contribuições da Teoria Histórico-Cultural à Educação”, realizada em 2016.

dos professores em discutir os temas (especialmente os relacionados ao curso sobre a Teoria Histórico-Cultural) e os conteúdos abordados, bem como em aprofundar conhecimentos, especialmente no campo da Educação Especial e no aspecto da diversidade cultural/inclusão social. Com relação aos alunos, as práticas desenvolvidas (organizadas intencionalmente e a partir de conteúdos que despertassem a curiosidade e o interesse real das crianças) possibilitaram a criação de um espaço de aprendizado efetivo, capaz de levá-las a internalizar qualidades humanas e a desenvolver suas potencialidades (CHAVES; TEIXEIRA; FAUSTINO, 2008).

No município de Indianópolis (PR), o evento de extensão “Estudos e Práticas Educativas para a Educação Infantil: desafios e conquistas de professores e crianças”, realizado nos meses de setembro e outubro de 2006, possibilitou a exposição de alguns estudos realizados por docentes dos Departamentos (Teoria e Prática da Educação, Fundamentos da Educação e Psicologia) da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual Paulista, da cidade de Marília (SP). As atividades do evento também tornaram possível a socialização das conquistas de professores e crianças do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Curumim, resultantes de uma primorosa capacitação realizada em 2002/2003.

Nesse evento, que contou com a participação de dezenas de acadêmicos do curso de Pedagogia, professores e coordenadores da rede municipal, estadual e particular de Maringá e região, os estudos e as reflexões mobilizaram para a avaliação de práticas efetivadas nas Instituições de Educação Infantil tanto públicas como privadas (CHAVES; FAUSTINO, 2007). Um dos temas abordado foi Literatura Infantil, com destaque para o desenvolvimento infantil e a Formação de Professores com relação à questão deficiência e Literatura Infantil. Tendo em vista o referencial teórico que embasou as experiências, as contribuições da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski para a Formação de Professores e para as práticas educacionais na infância, bem como para a Educação Especial em tempos de prática social coletiva, também foram objeto de estudos e reflexões (CHAVES; FAUSTINO, 2007).

No município de Paiçandu (PR), as experiências de Formação Continuada de Professores, apresentadas na obra “Teoria Histórico-Cultural e a formação de professores: estudos e intervenções pedagógicas humanizadoras”, foram desenvolvidas em cinco Centros de Educação Infantil, com o objetivo de proporcionar aos professores de toda a rede de ensino uma formação voltada às especificidades de cada grupo de escolares. Organizada a partir do diálogo entre professores, coordenadores e equipe da Secretaria Municipal de Educação, as atividades, desenvolvidas entre os anos de 2011 e 2012, tiveram a participação dos

professores da rede municipal e de convidados ministrantes de diversas áreas do conhecimento, que atuam em instituições do estado do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro (CHAVES; LIMA; FERRAREZE, 2012).

Os temas, objetos de reflexão das experiências, foram, basicamente, os relacionados à Literatura Infantil e à Arte: a arte de contar e encantar; aos encantos da Literatura Infantil no processo de ensino e aprendizagem; além dos que trataram de Tatiana Belinky: Literatura Infantil como prática humanizadora no desenvolvimento da criança; uma viagem com Ana Maria Machado; e Monteiro Lobato: uma possibilidade de encanto e aprendizagem (CHAVES; LIMA; FERRAREZE, 2012).

No município de Telêmaco Borba (PR), as práticas de Formação de Professores de Educação Infantil foram desenvolvidas no período de 2013 a 2016, com o título “Teoria Histórico-Cultural e Intervenções Pedagógicas: realizações humanizadoras de professores e crianças”, sob a orientação da Profa. Dra. Marta Chaves, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil (GEEI) da UEM, e com a participação de coordenadores da Secretaria Municipal de Educação, coordenadores das unidades de ensino e professores da rede pública de ensino na definição da temática, visando ao desenvolvimento de uma conduta de pesquisadores nos docentes que participaram das atividades desenvolvidas. Para a condução dos estudos, professores de Instituições de Ensino Superior disponibilizaram-se a compor o grupo de formadores por um período de, no mínimo, dois anos. A temática abordada relacionou-se à Arte, Música e Literatura: brinquedos e brincadeiras, poemas e canções de Vinícius de Moraes e Toquinho; poemas e histórias de Tatiana Belinky, Ruth Rocha e José Paulo Paes; músicas e cantigas do cancioneiro folclórico; estudos da obra dos pintores modernistas Tarsila do Amaral, Candido Portinari e Aldemir Martins (MOURA, 2018).

No município de Marialva, em 2014, professoras e coordenadores das instituições escolares participaram de trabalhos de capacitações profissionais intitulados “Teoria Histórico-Cultural e Organização do Ensino: contribuições para aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil”. Na época, a professora Dalva Linda Vicentini orientou os referidos profissionais nos estudos teóricos e na elaboração de materiais e recursos pedagógicos. É fundamental lembrar que estudos e materiais didáticos são necessários para instrumentalizar professores, para que organizem o ensino com vistas ao máximo desenvolvimento das crianças. Convém, ainda, pontuar que materiais pedagógicos para estudos são essenciais ao aprimoramento das atividades realizadas com as crianças.

De acordo com os princípios presentes no referencial teórico adotado, à medida que a Formação Contínua de Professores se desenvolvia, observou-se que a compreensão dos docentes em relação à prática de educar crianças, orientada a partir dos pressupostos teóricos de Vigotski e colaboradores, foi ampliada. Os professores passaram a compreender a importância do trabalho com Literatura no desenvolvimento integral da criança pequena. Assim, destacamos que o estudo coletivo, cooperativo e coordenado de maneira efetiva e científica é capaz de possibilitar aprendizagens e desenvolvimento a professores e crianças.

Essas experiências de Formação Contínua em serviço emergem como pressuposto para o aprimoramento pessoal e profissional dos docentes e, também, como condição para que possam promover o desenvolvimento integral das crianças nas escolas de Educação Infantil, resistindo, desse modo, à lógica capitalista que, por vezes, redige leis que reafirmam a negação do conhecimento. Contrários a essa lógica, apresentamos elementos para firmar nossa defesa de que a Formação Contínua de Professores em Educação Infantil pode ser uma estratégia de desenvolvimento.

No que se refere às garantias legais, no contexto atual, a Educação é reconhecida como direito fundamental, responsável por instrumentalizar ou preparar o cidadão mediante um processo de desenvolvimento favorável à realização dos demais direitos. Uma das características mais relevantes de Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) está em elevar os direitos sociais da população, especialmente em comparação à Constituição anterior (1967) e à EC/1969. A Carta Magna de 1988 estabelece garantias abrangentes, que representam propósitos a ser alcançados, se considerarmos a plena vivência desses direitos.

No entanto, constatamos que há um distanciamento entre a realidade e os avanços expressos na Carta Constitucional e nas leis dela derivadas. Podemos identificar essa premissa no Art. 214, incisos III e IV, que trazem, respectivamente, as metas de “melhoria da qualidade do ensino” e “formação para o trabalho”, algo distante ainda no tocante à Formação Contínua de Professores, à valorização e ao reconhecimento da importância desse profissional, especialmente para atuação na etapa que constitui nossa especificidade, a Educação Infantil.

As garantias constitucionais estabelecem o direito à Educação, mobilizam políticas e programas de Formação Contínua de Professores, e essa possibilidade figura como oportunidade para avançar no debate e nas práticas afetas à formação e à atuação dos profissionais do ensino, pontualmente, daqueles que trabalham diretamente com as crianças.

Consideramos, no que diz respeito ao debate e à constituição de argumentos sobre um possível avanço da Educação brasileira, que a Educação Infantil pode configurar como tempo e espaço de desenvolvimento. E, para isso, é fundamental considerar que:

A Educação Infantil enquanto expressão política atrelada a um determinado modelo econômico que está além das particularidades da infância. Assim, as práticas educativas se justificam apenas se, antes de preparar para o trabalho e antecipar os conteúdos de séries posteriores, instrumentalizarem crianças e educadores em favor das máximas potencialidades criadoras e estiverem pautadas numa apropriação do conhecimento que se apresente, enquanto prática educativa, em favor da emancipação humana (CHAVES, 2008, p. 255).

Chaves (2008, p. 255) declara que a Educação Infantil representa uma expressão política “atrelada a um determinado modelo econômico”, evidenciando qual o valor dado à infância na atualidade e, sobretudo, qual valor pode ser atribuído aos brasileiros ditos “nossas crianças”. A autora defende uma Formação Contínua consistente do ponto de vista teórico-metodológico e capaz de resistir à lógica e à dinâmica da sociedade capitalista, e mais:

Trazemos a questão da responsabilidade e da conduta política, porque **nossa** sociedade (a sociedade capitalista, que somos ensinados a chamar de **nossa**), no que diz respeito à formação intelectual e cultural das crianças, **concede** “obras insignificantes”, ou, como costumamos dizer, autoriza a caída de migalhas que se convencionou chamar de música para crianças ou “baixinhos”, como bem sabemos. Aí se inclui o descaso representado por textos reduzidos ou apressadamente traduzidos, o que, em geral, os torna empobrecidos — isto para não falarmos dos *hits* das últimas semanas que as crianças (de tanto ouvirem) chegam cantando nas instituições educativas. [...] Não são as migalhas o que deve ser ofertado ou repetido nas instituições educativas (CHAVES, 2011, p. 101, grifo da autora).

Nesse sentido, valorizar a Formação de Professores em Educação Infantil é romper com essa lógica e instrumentalizar os professores no sentido de exercer uma prática educativa que promova o desenvolvimento e as potencialidades das crianças, preparando-as para o seu máximo desenvolvimento intelectual. Assim, vale mencionar um tímido avanço na legislação após a aprovação da LDB, Lei nº. 9.394/1996, no §4º do Art. 87, o qual determinava que, após a década da Educação, prevista para terminar em 20 de dezembro de 2007, “[...] somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 1996).

Nesse prazo de implementação, a dualidade na exigência do nível de Formação de Professores para atuar em etapas diferentes de um mesmo nível de ensino reforça, em nosso entendimento, a desvalorização de uma etapa fundamental ao desenvolvimento da criança, essencial para instrumentalizar a aprendizagem e o desenvolvimento nas etapas posteriores. A redação do Art. 87 da LDB 9.394/1996 foi revogada em 4 de abril de 2013 pela Lei nº. 12.796/2013 (BRASIL, 2013).

Inicialmente, essa afirmação tinha como defesa o fato de configurar-se como temporária; no entanto, em 2017, sua redação foi atualizada, revogando a exigência de formação em nível superior para a etapa da Educação Infantil e para os primeiros anos do Ensino Fundamental, estabelecendo, no Título VI, que trata “Dos Profissionais da Educação”, no Art. 62, que:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996<sup>4</sup>).

A alteração no texto da LDB/1996 pela Lei nº. 13.415/2017 (BRASIL, 2017), além de não avançar suficientemente, imprime um retrocesso aos processos de Formação de Professores para a Educação Infantil ao confirmar que essa formação possa ser realizada em nível médio na modalidade normal, e não, necessariamente, em nível superior.

Contraditoriamente, os documentos e relatórios apresentam argumentos afetos à importância da Educação Infantil. Na atualidade, verificamos a defesa desses primeiros anos como estratégia para impactar positivamente os resultados das avaliações educacionais, organizadas e legitimadas por entidades nacionais e organismos internacionais. Entretanto, são raras as exceções organizadas para favorecer o desenvolvimento dos profissionais do ensino e, também, dos escolares; o que temos é um discurso governamental da Educação, sem que esta seja, objetivamente, uma prioridade.

Dentro dos limites que a realidade nacional expressa, analisamos que a Formação Contínua em Educação Infantil, conforme determinado pela legislação educacional, ora com avanços, ora com retrocessos, pode se constituir em um campo de pesquisa que influencie e modifique os currículos dos cursos de Formação de Professores em nível superior, favorecendo a articulação e os diálogos com as Secretarias de Educação dos Estados.

No Paraná, um Documento Orientador para a Educação Infantil (DOEI), elaborado por representantes dos Núcleos Regionais de Educação do Estado do Paraná e docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) paranaenses, foi entregue a todas as Secretarias Municipais de Educação no ano de 2016. Na oportunidade, na capital (Curitiba - PR), os trabalhos pedagógicos, realizados nos anos de 2015 e 2016, por professores e equipes pedagógicas do município de Telêmaco Borba (PR), foram apresentados como referência aos demais municípios do Estado. Esse episódio causou entusiasmo e orgulho aos profissionais

<sup>4</sup> Redação dada pela Lei nº. 13.415, de 2017

daquele município e confirmou, mais uma vez, a possibilidade de realização de atividades exitosas com professores e crianças.

Esse DOEI mobilizou debates e estudos por ocasião das palestras e diálogos com representantes dos municípios paranaenses e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A temática central do conjunto de palestras foi a defesa da Formação Contínua, apresentada como estratégia para o desenvolvimento de professores e crianças, independentemente da localização do município nos estados, números de instituições escolares e número de crianças por instituição. Consideramos que os diálogos entre IES, Secretarias de Educação e profissionais que atuam na Rede Básica é fundamental por mobilizar debates que contribuem para reflexão e análise e, por vezes, recondução da prática pedagógica. As atividades de diálogos e estudos foram realizadas em duas regiões distintas do estado do Paraná: o Núcleo Regional de Educação de Maringá (região noroeste: 25 municípios) e o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos (região sudoeste: sete municípios).

Com isso, pode-se ampliar e reafirmar a importância da Formação Contínua de Professores em Educação Infantil, que deve ter a mesma competência de aprimorar todos os professores e profissionais que trabalham com crianças, independentemente de seu nível de formação inicial (CHAVES, 2008; 2014), e não como mecanismo para corrigir lacunas de formação, como afirma Gatti (2008) e como, também, é concebida por muitas Secretarias de Educação no país.

Entendemos que refletir e vivenciar ações de Formação e Capacitação de Professores é fundamental para o desvelamento de interesses, contradições e limitações entre o discurso e as ações presentes na reforma e nas políticas educacionais brasileiras, bem como das possibilidades da Formação Contínua de Professores em Educação Infantil como estratégia de desenvolvimento. Há trabalhos, como as pesquisas, os estudos e as formações realizadas pelo Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEEI), no decorrer de mais de quinze anos de existência, que unem a pesquisa ao campo de formação, investigação e intervenções pedagógicas.

As elaborações e ações dos integrantes desse grupo de pesquisa foram publicadas e socializadas em inúmeros eventos nacionais e internacionais, revistas, capítulos de livros e cursos proferidos, que favorecem o desenvolvimento de professores, estudantes de licenciaturas, mestrandos e doutorandos, secretários de Educação e equipes pedagógicas das instituições escolares.

Quanto à valorização do professor de Educação Infantil, ainda não é realidade para a maioria dos docentes, o que representa mais um motivo para que o Estado cumpra suas próprias determinações legais, conforme o Art. 61 da LDB 9.394/1996, que estabelece o direito à capacitação em serviço, e o Art. 67, o aperfeiçoamento profissional continuado. Esses artigos e seus parágrafos tratam especificamente dos profissionais da Educação, discriminando a participação em capacitação em serviço. Desenvolver os professores continuamente é essencial à organização do trabalho pedagógico como estratégia para o desenvolvimento e a vida deles, assim como para o sentimento de pertencimento e percepção do quanto às ações desses profissionais têm valor na sociedade em que vivem.

Professores de Educação Infantil devem ser preparados para elaborar atividades pedagógicas constituídas com a defesa de que a formação deve ser sofisticada. Nesse sentido, experiências com Arte são essenciais aos professores para que estes possam organizar o ensino com sentido e significado para si próprios e para as crianças.

A Formação Contínua, desenvolvida nas instituições escolares, impacta a capacidade de ensinar do docente, modifica a sua prática e desenvolve seus alunos, especialmente na Educação Infantil. Assim como todo trabalhador, que desempenha uma determinada função e foi formado para tal, deve continuar a aperfeiçoar-se no decorrer da vida profissional, o professor também tem essa necessidade a ser suprida.

### **Considerações finais**

Neste estudo, divulgamos experiências de Formação Contínua de Professores de Educação Infantil, defendendo que essa formação é essencial para o desenvolvimento tanto dos docentes quanto das crianças. Vimos que ações e práticas alicerçadas na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski e colaboradores podem contribuir nesse sentido, diante do quadro de ausência de uma política educacional de Estado consistente e eficaz.

Nos cursos e eventos de capacitação continuada, observamos que, ao se apropriarem dos pressupostos teórico-metodológicos dessa teoria, os professores da Educação Infantil tornaram-se capazes de caminhar rumo à mobilização, intencional e planejada, de estratégias e recursos didáticos e pedagógicos, que instiguem a curiosidade e maximizem a criatividade dos alunos. Também, instrumentalizaram-se para selecionar e conduzir a exploração de conteúdos ricos em elementos específicos das Artes e da Literatura, em um espaço escolar coletivo e colaborativo, que propicie aprendizagens significativas para o desenvolvimento pleno e integral de todas as crianças.

Dessa forma, podemos constatar que, se desejamos favorecer qualitativamente a Educação brasileira, experiências semelhantes podem ser implementadas em outras escolas municipais, já que os êxitos verificados, comprovados pelas aprendizagens e pelo desenvolvimento de professores e crianças, configuram-se como estratégia apropriada e eficaz para a Formação Contínua de Professores na Educação Infantil. Vale enfatizar que, assim, oportunizaremos que mais crianças sejam beneficiadas com um bom ensino e que os professores tenham o aprimoramento desejado e merecido, com ambos avançando na conquista de seus direitos.

Acreditamos ser essa uma possibilidade de resgatar a Educação Infantil, pois, se os professores se apropriarem do conhecimento historicamente elaborado pela humanidade, por intermédio de vivências e experiências ricas, poderão oferecer aos seus alunos oportunidades de desenvolvimento intelectual enquanto a Educação Infantil não for prioridade nas ações do Governo e continuar atrelada aos interesses do capital.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 out. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 2 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm). Acesso em: 12 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional, para [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 20 out. 2021.
- CHAVES, M. **O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no estado do Paraná na década de 1960: O caso**

da educação no jardim de infância. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em:  
[http://www.ppge.ufpr.br/teses/D08\\_chaves.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/D08_chaves.pdf). Acesso em: 25 jun. 2021.

CHAVES, M. Enlaces da teoria histórico-cultural com a literatura infantil. *In*: CHAVES, M. (org.). **Práticas pedagógicas e literatura infantil**. Maringá, PR: EDUEM, 2011.

CHAVES, M. Formação contínua e práticas educativas: Possibilidades humanizadoras. *In*: CACÃO, M. I.; MELLO, S. A.; SILVA, V. P. (org.). **Educação e desenvolvimento humano: Contribuições da abordagem histórico-cultural para a educação escolar**. Jundiaí: Paço Editorial, 2014.

CHAVES, M.; LIMA, E. A.; FERRAREZE, S. (org.). **Teoria Histórico-Cultural e formação de professores: Estudos e intervenções pedagógicas humanizadoras**. Maringá, PR: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, UEM, 2012.

CHAVES, M.; TEIXEIRA, A. P.; FAUSTINO, R. C. (org.). **Professores repensando a prática pedagógica: Propostas, objetivos e conquistas coletivas**. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, UEM, 2008.

CHAVES, M.; FAUSTINO, R. C. (org.). **Estudos e práticas educativas para educação infantil: Desafios e conquistas de professores e crianças**. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, UEM, 2007.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **RBE: Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LIBÂNEO, J. C. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: A Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 5-24, set./dez. 2004. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZMN47bVm3XNDsJKyJvVqtx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2021.

MORAES, M. C. M. Recuo da teoria: Dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 1, p. 07-25, 2001. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/pdf/374/37414102.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MOURA, D. C. R. **Teoria Histórico-Cultural e Educação Infantil: A experiência de formação contínua no município de Telêmaco Borba – Paraná**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em:  
<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5850>. Acesso em: 24 abr. 2021.

LAMPEDUSA, G. T. D. **O leopardo**. Tradução: Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução: Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria da Pena Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

### Como referenciar este artigo

MARTINUCCI, E. E. S.; CHAVES, M. Formação contínua de professores na educação infantil: Estratégia política de desenvolvimento. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, e022130, jan./dez. 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.15371>

**Submetido em:** 25/04/2022

**Revisões requeridas em:** 11/06/2022

**Aprovado em:** 03/08/2022

**Publicado em:** 30/09/2022

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

